

**A LINGUAGEM COMO RESISTÊNCIA CULTURAL:
A MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL COLETIVA
EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

Manuela Chagas Manhães (UNESA e UENF)

manuchagasmanhaes@gmail.com

Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira (UENF)

sulamitaribeiro16@gmail.com

Marcia Siqueira Cordeiro (UVA)

dramarciacordeiro@gmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. Com isso, buscamos analisar as múltiplas formas de linguagem como mecanismos de resistência cultural em Armação dos Búzios, município do Estado do Rio de Janeiro. Focalizando-se na compreensão de como essas linguagens contribuem para uma legitimação cultural das comunidades tradicionais, frente às dinâmicas impostas pelo sistema vigente, a investigação explora como a comunidade pode se utilizar das narrativas orais, escritas e fotográficas para a preservação dos seus saberes e fazeres locais, tomando-as como formas de resistência. Tais práticas culturais verbais e não-verbais desempenham um papel significativo na manutenção da identidade e na memória social coletiva da comunidade. A fotografia, em especial, se destaca como ferramenta para a ressignificação da memória, registrando e divulgando as histórias e experiências dos nativos, e desafiando as representações dominantes. O estudo evidencia a importância das práticas culturais e das representações simbólicas na luta pela legitimação e valorização das culturas tradicionais, mostrando como a memória coletiva pode ser preservada e fortalecida através de estratégias de resistência cultural.

Palavras-chave:

Memória. Linguagem oral. Resistência cultural.

ABSTRACT

This article is the result of research funded by the Environmental Education Project (PEA) Pescarte, which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA. In this context, we seek to analyse the multiple forms of language as mechanisms of cultural resistance in Armação dos Búzios, a municipality in the state of Rio de Janeiro. Focusing on understanding how these languages contribute to the cultural legitimisation of traditional communities, in the face of the dynamics imposed by the current system, the investigation explores how the community can utilise oral, written, and photographic narratives for the preservation of their local knowledge and practices, taking them as forms of resistance. Such verbal and non-verbal cultural practices play a significant role in maintaining the identity and social collective memory of the community. Photography, in particular, stands out as a tool for the re-signification of memory, recording and disseminating the stories and

experiences of the natives, and challenging dominant representations. The study highlights the importance of cultural practices and symbolic representations in the struggle for the legitimisation and valorisation of traditional cultures, showing how collective memory can be preserved and strengthened through strategies of cultural resistance.

Keywords:

Memory. Cultural resistance. Oral language.

1. Introdução

É sabido que os saberes tradicionais e fazeres tradicionais são conhecimentos vivenciados pelos membros de comunidades tradicionais, ganhando sentido e representação dos modos de vida e ancestralidade. E nesse aspecto, que a linguagem se faz presente, como instrumento que permite não só o preparo das gerações, mas também, permite que haja uma confluência desses saberes, constituindo a memória social e coletiva e, conseqüentemente, favorecendo que haja resistência no dia a dia dessas comunidades tradicionais.

Assim, nossa reflexão se debruça sobre as comunidades de pesca artesanal do município de Armação dos Búzios/Região dos Lagos, as quais nos deparamos com um grande acervo fotográfico e histórias narradas que remetem a rememoração entre os membros da comunidade, provocando o fortalecimento dos laços afetivos, do sentimento de pertencimento.

De maneira geral, há a compreensão de que a relação dialógica expressa marcas culturais, além de definições fundamentais, como determinados bens primários, para a organização da comunidade. Por isso, entendemos que a narratividade está entrelaçada à memória coletiva, e ambas são intermediadoras do processo de socialização dos membros dessa comunidade, sendo, portanto, referências na construção social da identidade e da própria realidade social.

Em vista disso, a partir do sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade, existe a possibilidade da autoidentificação, contribuindo não só para o reconhecimento social na dimensão comunitária, mas também societária. É nesse sentido que evidenciamos, por outro lado, os conflitos que são estabelecidos devido a disseminação dos *Habitus* de uma classe dominante hegemônica que dissemina seu modo de vida, padronização a vida social e cultural nesse território, expulsando os membros das comunidades de seus territórios, corroendo suas tarefas sociais, seus significados e memórias. Tal fato, passa a ser vivenciado desde as questões materiais às questões imateriais, subjugando aquelas comunidades a

invisibilidade social e precarização do trabalho, o que provoca o silenciamento e o apagamento social.

No entanto, vislumbramos as memórias sociais e coletivas no meio social entre os membros das comunidades, de maneira que é estipulada uma relação intergeracional e novos sentidos e espaços passam a ser constituídos, como elementos integrados que trazem em seu bojo a linguagem como forma de comunicação, criação e rememoração. Assim sendo, as comunidades constituirão novas formas de se reconhecer, num jogo de imagens que permite que seus membros se auto identifiquem e possam resistir diante dos desafios e dificuldades enfrentadas ao longo da história, reafirmando seus saberes e fazeres tradicionais, além de sua ancestralidade, territorialidade e representação social.

2. Estudos da hegemonia e a resistência

O processo de socialização cultural, consolidado pela sistematização da identidade, é caracterizado por uma luta política, onde há uma contínua disseminação do *habitus* das classes dominantes que influencia diretamente a hegemonia tanto no campo político quanto cultural. Nesse processo, a atuação dos intelectuais orgânicos associados à elite regente é imprescindível para a manutenção da ordem burguesa, construindo um consenso social onde as classes dominantes desempenham um papel histórico de autoridade, representando a totalidade da sociedade.

Esse consenso é estruturado ideologicamente na sociedade civil através da direção política dos diversos recursos materiais, ou seja, dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2006). Esses aparelhos são os principais instrumentos utilizados pela classe dominante para difundir e legitimar sua ideologia na sociedade civil, a fim de que essa concepção de mundo seja internalizada pelas classes subalternas, fazendo com que adotem esse *habitus*.

Além da consolidação de um consenso social, a formação de uma opinião pública nos meios midiáticos também é moldada pelos intelectuais, que a conduzem de acordo com a vontade e ação da elite e do próprio poder público, invisibilizando as ações e reivindicações das classes subalternas, buscando sempre desestruturar o coletivo. A disputa pelo domínio cultural na sociedade civil está diretamente ligada ao controle, legitimação e eficácia dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2014).

Essa disputa pelo domínio cultural também permeia o complexo campo social da memória. Esta se estende aos fatos evocados pelos sujeitos históricos, desempenhando um papel essencial na realização de objetivos de longo prazo para a classe trabalhadora, podendo influenciar a percepção da sociedade, sua história e seus próprios papéis nela.

A memória, assimilada como manifestação de uma estruturação social de classes são, necessariamente, uma memória coletiva que reflete as divisões de classes presentes na sociedade. Quando o agente social vive e se insere em uma sociedade que não apresenta uma proeminente diferenciação de classe, devido aos conflitos e oposições estruturais, esse agente não consegue escapar de ser moldado pelo seu processo de reprodução em suas relações com o coletivo (SANTOS, 2021). A memória, como produto desse meio, é fortemente marcada pelas particularidades que compõem a sociedade estratificada quando incorporado ao sujeito social.

O processo de apagamento da memória pela classe dominante e de rememoração pelas classes dominadas, deve ser analisada considerando as influências das imposições históricas que ordenam qual a memória que deve ser valorizada e evidenciada. Essa capacidade está relacionada a visão individualizada de um agente acerca de uma ação particular e como essa ação impacta de forma negativa sua compreensão e consciência e sua relação com a memória.

Os fatores históricos influenciam diretamente o interior da memória, que pode ser alterado quando relacionado a experiências materiais vivenciadas pelos agentes sociais. Contudo, observa-se que os conflitos sociais afetam o processo de rememoração, devido as suas frequentes modificações geradas pelas constantes imposições das representações memoriais da elite.

A transformação constante do lugar, fundamentado numa reconfiguração histórica, cultural sustentado por representações físico-simbólicas, influem na disseminação da memória legítima. O esquecimento pode acontecer quando as memórias perdem o seu significado, seja para sociedade, seja para o agente social (HALBWACHS, 2006). O perdem devido a uma estrutura econômica, política e cultural de dominação que impõe estigma e invisibiliza as matrizes das comunidades tradicionais. A marca deixada pela classe dominante isola os agentes sociais, destitui as relações coletivas, importantes para imposições de dominação, possibilitando sua legitimação e dominação desses sujeitos sociais.

As memórias em disputa, caracterizadas por uma memória sensível, desempenham uma função central na luta pelo controle dos processos de transformações sociais que ocorrem na sociedade. Essas memórias, continuamente associadas aos acontecimentos históricos e relatos implicadas direta e indiretamente nas organizações sociais, exercem uma profunda influência e dominação sobre o habitus dos agentes sociais e da comunidade tradicional (SANTOS, 2021).

O meio social contribui com os princípios geradores que o ator social carrega consigo, esquemas individuais construídos de forma coletiva, a reprodução do habitus, seja por meio de ações pedagógicas ou implantação de sistemas socioeconômicos, legitima cada vez mais a hegemonia cultura de classe e invisibiliza os saberes e fazeres comunitário. A reprodução da discriminação da fala, segregação socioespacial dos agentes sociais que compõe a comunidade só faz ratificar a cultura dominante, internalizando-as, passando a não mais transferir as práticas culturais e histórica para a geração seguinte, um extenso processo de apagamento da identidade. Ribeiro, Santos e Maeso (2010) afirmam que “toda lógica dos sistemas repressivos se dirige não só para o apagamento da identidade, mas também para a produção da exclusão e do esquecimento absoluto”.

A narrativa histórica se depara por duas perspectivas: a vulnerabilidade afetiva da memória e arbitrariedades associadas ao controle e deturpação da história. As estruturas e dinâmicas sociais, normas culturais e relações de poder apresentam uma contínua transformação e impacta diretamente o modo como os agentes sociais vivenciam e analisam os acontecimentos históricos, alterando o processo de rememoração, visto que, a memória é suscetível a influências emocionais e afetivas que dificulta a ação evocativa.

A manipulação e controle da história, compreendida como uma disputa hegemônica cultural, é instrumento fundamental sob o controle das classes dominantes para consolidar e preservar sua dominação política cultural sobre a sociedade. Ela desempenha uma função primordial na formação da identidade coletiva e na constante legitimação das posições de poder, que promove o habitus da classe dominante e conseqüentemente o apagamento e esquecimento da memória social coletiva genuína.

Os sistemas ideológicos atuam como bloqueios a manifestação de uma mudança significativa para a sociedade, visto que eles produzem interpretações rígidas e permanentes para os fatos, invalidam as oposições e impedem qualquer perspectiva de transformação da realidade social em prol dos interesses da classe dominante (ANSARA; DANTAS, 2015, p. 2).

Quando a memória apresenta um conjunto de elementos ideológicos, suas narrativas se tornam inertes, institucionalizadas e passam a perdurar por toda a história, perpetuando um olhar único do passado (CHAUÍ, 2007). Isso decorre pelo fato de a ideologia atuar como um poder reacionário que busca preservar a conjuntura, impossibilitando questionamentos críticos das estruturas sociais estabelecidas pela elite.

a memória se assemelha a uma construção individual, que se caracteriza por uma negação de sua ancestralidade e sua função como portador e transmissor dessa ideologia. Lima (2003) afirma que os agentes sociais possuem a frequente ilusão de que são autores de suas narrativas e lembranças as quais difundem. Entretanto, na realidade, eles são condutores das representações inscritas na história e cultura. No processo ideológico, os reais autores das narrativas são submetidos ao esquecimento e sujeitos a uma posição de insignificância e inexistência.

A narrativa histórica, promovida pela autoridade dominante na sociedade, desempenha a função de mobilização de ideologias ocultando os conflitos fundamentais à estrutura social de classes e negando a existência da memória coletiva dos grupos dominados. A retórica da harmonia social e do sistema coeso para manutenção da estrutura é construído a partir da manipulação da memória e da imposição do esquecimento aos atores sociais apoiado na destituição da força de sua narrativa histórica.

O silenciamento imposto aos sujeitos sociais é um plano ideológico que promove o apagamento das comunidades tradicionais, sua cultura e seu esquecimento. Assim como essa profunda dinâmica de poder contribui com a consolidação dos interesses da classe dominante, também implica no isolamento do sujeito gerando a ausência de consciência em relação a sua própria identidade e identidade do outro.

3. *Linguagem oral e sua memória*

A linguagem oral é compreendida como forma de resistência e consolidação dos agentes sociais enquanto instrumentos geradores e saberes significativos a sua comunidade. Funcionam enquanto ferramentas de comunicação essenciais intrínsecas ao sujeito e presentes em toda a sociedade, desafiando as estruturas de poder e sua dominância.

As narrativas formam uma área de saber diversa, onde os agentes narradores desempenham um papel crucial em preservar a coesão do grupo

social ao qual pertencem, ao mesmo passo que reforçam continuamente o sentimento de identidade e pertencimento ao local onde vivem.

O ato de narrar reflete o estar no mundo, assim como a forma de interagir com ele, onde as vivências são reinterpretadas. Ao narrar, as pessoas mobilizam suas histórias e elaboram seus próprios relatos sobre a realidade, recriando-a. Paul Zumthor (2010, p. 52) argumenta que elementos como memórias, sonhos, mitos, lendas e histórias de forma conjunta, representam as formas pelas quais os sujeitos e comunidade buscam se situar no mundo. Não é somente uma expressão cultural, mas um mecanismo a qual os agentes constroem e afirmam suas identidades e posicionamentos sociais. Tais narrativas orais desempenham uma importante função na manutenção da coesão social e sua resistência contra as estruturas de poder hegemônicas, possibilitando que grupos marginalizados articulem o prisma de sua realidade reforçando seus laços internos.

A ampliação do repertório imagético e das experiências comunicáveis responsáveis por estabelecem conexões entre diferentes tempos é realizado no ato da fala e da escuta entre os agentes. As narrativas localizam-se entre o vivido, a memória e o narrado, em que o narrado está intimamente ligado à experiência de vida do contador, às suas interpretações de mundo e às expectativas do ouvinte (DURÃES; RAMOS. 2021, p. 7). Dessa maneira, a narrativa torna-se um espaço de interseção ente o passado e o presente, onde as memórias e vivências individuais são ressignificadas e compartilhadas, criando uma compreensão coletiva da realidade. Esse processo não somente a coesão social, como assente a construção de identidades coletivas constantemente compartilhadas, promovendo uma dinâmica de resistência mnemônica.

Para Bosí (1994), as narrativas dispõem de uma dimensão coletiva, pois são confeccionadas por múltiplas vozes perpetuadas ao longo de gerações, constituindo novas histórias cujos fios se entrelaçam, puxados por diferentes mãos. Esse “tecido” forma uma estrutura de saberes e produção de sentido. Ao contar, o contador de história incita memórias individuais que viabiliza e reforça a manutenção da memória coletiva.

O grupo social, ao qual o narrador pertence, desempenha um função essencial no processo de rememoração, pois o que é rememorado está profundamente conectado com o coletivo do qual o sujeito participa. Contudo, é importante reconhecer que, apesar da importância da memória coletiva, é o agente social que realiza o ato de recordar. Cada pessoa atua como agente mnemônico, selecionando e interpretando fragmentos do

passado que possuem significados próprios para si dentro de um patrimônio compartilhado (BOSI, 1994, p. 411).

Essa relação entre o campo da memória pessoal e coletiva revela uma interação complexa entre o indivíduo e o grupo na formação das narrativas. As memórias pessoais, moldadas e influenciadas pelas experiências e histórias do grupo social, contribuem para a memória coletiva, trazendo suas próprias interpretações e significados pessoais para o conjunto. Esse processo reflete como as identidades são construídas e negociadas, e como as narrativas do passado desafiam estruturas de poder e contribuem com a construção de identidades no presente.

A memória, conforme argumenta Bosi (1994, p. 74-5), permite a conexão entre o corpo presente e o passado, ao mesmo tempo em que afeta as representações atuais. O que é rememorado não é um componente fixo e imutável, mas sim um fenômeno dinâmico e relacional. Quando os elementos transmitidos através das narrativas perdem a relevância para o coletivo, ocorre o que Bosi descreve como espoliação das memórias. Para a autora, narrar é um processo contínuo de retroalimentação das memórias, uma vez que a narração da própria vivência representa o testemunho mais significativo das formas individuais de recordar. Assim, a memória é vista como um espaço em constante movimento e transformação.

A memória, é definida por Nora (1993, p. 9 *apud*. DURÃES; RAMOS. 2021) como a própria vida, um conceito que reflete a sua natureza dinâmica e em constante evolução. Ela é sempre sustentada por grupos vivos e, portanto, está em contínua mudança, sujeita à dialética entre memória e esquecimento. Inconsciente das suas variações sucessivas e vulnerável a inúmeros usos e manipulações. Além disso, a memória também pode experimentar longo períodos de latência e repentinas estimulações, evidenciando sua flexibilidade e adaptação às novas realidades e contextos.

Mediante a atividade rememoração, o narrador desempenha um papel quase mitológico de ser, carregado de memória viva e com a autoridade de quem a presenciou em todos os sentidos. Pereira (1996, p. 13) sublinha a função central do narrador no contexto social, onde ele transcende o papel de um simples contador de histórias, tornando-se um guardião e mediador da memória coletiva. Este possui uma epistemologia situada, fundamentada na experiência direta e na oralidade vivencial, o que lhe confere uma credibilidade incontestável.

Existe uma centralidade do intercâmbio de experiências como a base fundacional das narrativas orais, que funciona como um processo dialógico e dinâmico, através do qual as práticas cotidianas são elevadas ao status de narrativas culturalmente significativas. A referência a atos simples mostra como ações ordinárias são transformadas em relatos dotados de uma dimensão ontológica e epistemológica rica que lhes confere uma profundidade de sentido.

A narrativa oral, ao transformar experiências vividas em discursos significativos, opera como um mecanismo pedagógico e normativo, disseminando valores morais, orientações pragmáticas e prescrições comportamentais. Assim, a tradição oral possui uma função instrumental que transcende a simples conservação da memória coletiva, atuando como um sistema de ensino e normatização que é essencial para a coesão social (DURÃES; RAMOS, 2021, p. 8).

A narração oral cumpre uma atribuição social central ao instilar nas gerações subsequentes um método de entendimento entre o novo e o antigo, até mesmo o arcaico, idealizando uma colagem que sugira os caminhos do que é percebido como moderno sem o abandono do passado (DURÃES; RAMOS, 2021, p. 9). Este processo pedagógico-cultural se configura como uma dinâmica dialética que permite a transmissão e preservação de tradições e saberes por meio de uma articulação entre temporalidades diversas, assegurando a continuidade e a adaptação da herança cultural às demandas contemporâneas.

A interação social torna-se imprescindível no contexto narrativo, que ocorre na relação interpessoal, possibilitando o encontro entre narrador e ouvinte, onde é imperativo que um se silencie para dar lugar à voz do outro. Esse processo dialógico é fundamental para a realização da comunicação, como destacado por Zumthor: “O emprego da dupla dizer/ouvir tem por função manifesta promover (mesmo que ficticiamente) o texto ao estatuto do falante e designar sua comunicação como uma situação de discurso *in praesentia*” (ZUMTHOR, 1993, p. 29). A relação dicotômica entre dizer e ouvir não apenas estrutura a narrativa oral, mas também define seu caráter performativo e situacional, enfatizando a presença física e a co-presença dos interlocutores.

A linguagem oral deve, portanto, ser abordada em sua complexidade inerente, contemplando tanto a riqueza do conteúdo narrativo quanto a mobilização dos recursos expressivos pelo narrador durante sua atividade. Esta complexidade envolve a competência do narrador em empregar elementos vocais, gestuais e contextuais para engajar e impactar o ouvinte,

criando uma experiência comunicativa multifacetada e rica. A representação do narrador transcende a mera transmissão de informações, constituindo um ato de criação e recriação de significados que reflete e molda as dinâmicas sociais e culturais do grupo.

A tradição oral não apenas preserva a memória coletiva, mas atua como um mecanismo de perpetuação, resistência e renovação cultural. Através de suas narrativas, o narrador funciona como um agente mediador que integra a continuidade histórica com a inovação cultural, assegurando que os conhecimentos e valores da comunidade sejam continuamente revitalizados e transmitidos. Este processo de mediação cultural sublinha a importância da oralidade como um portador dinâmico e adaptável, essencial para a coesão e a identidade social da comunidade tradicional.

4. Linguagem audiovisual: o aparelho de resistência e afirmação cultural

A linguagem audiovisual emerge como instrumento básico de compartilhamento das vivências, em parte devido à sua potencialidade em unificar som e imagem em movimento, propiciando ao espectador uma densa imersão sensorial no universo apresentado. Essa confluência é permeada pela sensibilidade de quem filma e edita, bem como o faz por intermédio das limitações tecnológicas que oferecem e influenciam a reprodutibilidade dos sons e imagens.

Essa linguagem, de maneira geral, é capaz de dispor uma série de estímulos sensoriais que fomentam uma compreensão significativa entre o espectador e o conteúdo. Tais estímulos modalizam desde conteúdos imagéticos que evocam encanto ou choque a sons que retratam memórias antigas, músicas, cantigas que tocam emocionalmente o sujeito, até mesmo a intrínseca expressão corporal dos narradores, manifestadas em seus gestos, olhares e entonação vocal. Em conjunto, esses elementos conferem ao audiovisual um notável poder de síntese, permitindo o acesso a conteúdos diversamente sutis, garantindo maior plenitude da narrativa, ao capturar e transmitir os diversos aspectos que formam o universos dos agentes que a expressam oralmente (MACHADO; VIOLA; LOPES, 2017).

A abordagem dos saberes tradicionais, enquanto meios de informação que encontram sua legitimidade plena quando estão profundamente arraigadas no contexto cultural ao qual pertencem – quando situam-se intrinsecamente ligadas às práticas cotidianas à experiência empírica de vida – sublinha a importância de reconhecer que sua reprodução oral é

sustentada por um conjunto de elementos materiais e simbólicos inerentes a um cosmo cultural específico.

A preservação desses saberes na forma escrita enfrenta restrições, sendo, em muitos casos, impraticável. É relevante destacar que, mesmo com tais limitações, a linguagem audiovisual pode expandir a capacidade de exterioridade dos segmentos culturais que ordenam as narrativas, conferindo-lhe maior densidade aos saberes e fazeres nelas contido. Essa linguagem fornece um ambiente mais robusto para a apropriação desses saberes e fazeres por outros agentes sociais, especialmente se o agente que busca essa apropriação pertence a uma construção cultural que compartilha signos comuns, permitindo que ele reconheça, naqueles materiais expressos em áudio e vídeo, situações que poderiam ser aplicáveis à sua própria vivência dentro de sua conjuntura.

Onde os protagonistas são os próprios sujeitos da ação e as comunidades tradicionais guardiãs desses saberes, mesmo que geograficamente dispersos, a linguagem audiovisual pode constituir-se como um vetor de articulação entre os diferentes modos de saberes tradicionais, inseridos em uma construção dialógica. A interposição que exerce essa linguagem assume o papel de um instrumento de amplificação das possibilidades de um encontro produtivo e dialógico entre essas diversas formas e a interação simbólica entre os divergentes universos culturais envolvidos.

Cada elemento do aparelho – saberes tradicionais, linguagem audiovisual e cultura – possui o potencial de se interconectar de forma a não apenas preservar o conhecimento, mas também evitar seu apagamento. Essa articulação assegura o dinamismo indispensável para conduzir o movimento de transformação cultural, próprio às comunidades ao longo da história, mas que enfrentam uma pressão acentuada e risco elevado em decorrência do constante aumento do processo de modernização.

Com o agravamento do processo de modernização e intensificação da ofensiva neoliberal, caracterizada pela apropriação privada dos recursos naturais por conglomerados multinacionais, que expende sua imposição de maneira urgente no cenário atual em toda a América Latina, o dinamismo das culturas tradicionais, sem se desvencilhar com suas raízes, torna-se ainda mais crucial (MACHADO; VIOLA; LOPES, 2017). Isso se deve ao fato de que a natureza coercitiva da modernização estimula de forma compulsória as transformações culturais, trazendo consigo o risco iminente de desintegração dos territórios e subsequente expropriação das comunidade, que acaba por resultar em um inevitável apagamento dos seus saberes e fazeres (CONTE; SOUZA, 2013, p. 421).

A tentativa de harmonização entre a cultura tradicional e modernização se configura como um desafio constante enfrentado pela maioria das comunidades tradicionais. A articulação entre os mecanismos da modernização e os da cultura tradicional sempre se deu de forma obstruída, troncada, ruidosa e conflituosa, muito marcada por embates dos quais muitos culminam em violência e produzem consequências negativas para as comunidades envolvidas.

Essa condição de marginalização a que essas comunidades são submetidas, intensifica ainda mais sua vulnerabilidade. A negligência, no campo midiático, perpetua narrativas estigmatizantes, sustentadas pela falta de conhecimento e pela insipiência disseminada entre o grupo sobre a história e os modos de vida dessas comunidades. A discriminação reforça essa invisibilidade social, o que, em última instância, culmina na apatia e na indiferença da sociedade frente às opressões e às violações de direitos que essas comunidades tradicionais podem vir a sofrer.

A constância de resistência e luta dessas comunidades possuem uma temporalidade histórica extensa, onde cada estratégia implementada é dotada de uma trajetória particular, com justificativas e significados que são construídos a partir de uma dialética entre memória coletiva e práxis social, dispondo a matriz fundante de suas narrativas. Para Bosi (1994), a construção dessas estratégias está diretamente ligada à experiência vivida, e, por conseguinte, aqueles que não a partilham de forma direta carecem da legitimidade necessária para contestá-las ou deslegitimar sua validade epistemológica. Para os sujeitos que interagem com esses grupos, torna-se imperativo buscar modos de fortalecer essas práticas de resistência, introduzindo novos componentes informativos, frequentemente negados a essas comunidades, para que possam, por meio de uma reapropriação criativa, reformular e adaptar suas estratégias e dinâmicas de resistência territorial às suas demandas e realidades específicas.

A linguagem audiovisual se revela como um aparelho carregado de elementos essenciais para a emancipação e autonomia das comunidades tradicionais que enfrentam repressões. Por meio dessa linguagem, torna-se viável a explicitação de conflitos, a exposição dos impactos socioambientais e violações de direitos, bem como a construção de narrativas contra-hegemônicas, oriundas das vozes dos próprios sujeitos que vivenciam processos de resistência imprescindíveis.

Essas narrativas contra-hegemônicas, produzidas pela linguagem audiovisual, não apenas se configuram como veículos de denúncia, mas também se articulam com a proclamação e a disseminação de traços

culturais e modos de vida tradicionais, os quais são portadores de uma beleza simbólica e sensibilidade ímpares. Tais características têm o potencial de transcender barreiras da discriminação e de fomentar a empatia necessária para desarticular as narrativas dominantes que perpetuam a marginalização dessas comunidades. A linguagem audiovisual não só expõe as adversidades enfrentadas, como também atua como um meio para reconfigurar as percepções sociais, facilitando a construção de um espaço de reconhecimento e de resistência cultural.

5. Conclusão

Evidenciou-se que os membros das comunidades tradicionais pesquisadas trazem consigo suas memórias sociais e coletivas que são ressignificadas no dia a dia, diante de seus saberes, historicidade e interpretações. Nesse sentido, tais membros são os próprios sujeitos da ação mesmo que geograficamente dispersos, o sentido de territorialidade ganha representação social intermediado por diferentes tipos de linguagens, entre elas, a linguagem audiovisual.

Assim sendo, a linguagem audiovisual pode ser considerada não só um meio de interrelacional, mas também, de se reconhecer entre os membros, permitindo que as significações possam ter um movimento endógeno, fortalecendo o sentido de estar no mundo e ancestralidade, ultrapassando o reconhecimento social comunitário para ganhar novos espaços no reconhecimento societário.

Portanto, há a articulação entre os diferentes modos de saberes tradicionais, inseridos em uma construção dialógica. A interposição que exerce essa linguagem assume o papel de um mecanismo que permite a interação simbólica, a constituição dos elementos estruturantes significativos, determinantes dos seus modos de vida. Nessa lógica, a relação dialógica, pelos diferentes tipos de linguagem, traz inúmeras possibilidades de um encontro produtivo entre os divergentes universos culturais envolvidos, que se reconhecem enquanto comunidades tradicionais e suas novas necessidades para se reafirmar diante do sistema neoliberal, de uma classe dominante, que há tempos tenta apagar e silenciar tais comunidades.

Isso significa que por meio de tais linguagens, a comunicação ganha novas funções e espaços, entre elas, a organização comunitária a partir das particularidades dos modos de vida, pelo significação de ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais e pela constituição da representatividade social. Tais pontos se tornam fundamentais no dia a dia, para que

sejam vivenciados, compreendidos, para que assim, seja possível o engajamento no contexto de justiça social e ambiental, possibilitando não só a sua existência, mas também, a resistência diante da exclusão social, da invisibilidade social e negação de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athena digital: revista de pensamiento e investigación social*, v. 15, n. 1, p. 207-23, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 1985.

CONTE, I. I.; SOUZA, M. I. Saberes da vida: os camponeses fora da escola. *Revista Roteiro*, v. 38, n. 2, p. 413-30, Joaçaba, jul./dez., 2013.

DE AVELAR MACHADO, Rodrigo; DE VIOLA, Paolo Marti GP; DE SOUZA LOPES, Leandro. Da memória oral ao audiovisual: os saberes agroecológicos salvaguardados pelas lentes. *Cadernos de Agroecologia*, [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 12, n. 1, 2017.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

DOS SANTOS ALVES, Diego; DE MELO, Beatriz Medeiros. *Rompendo silêncios: pedagogia freiriana, linguagem audiovisual e visibilização da história e memória quilombola no ensino médio integrado*.

DURÃES, Nelcira Aparecida; RAMOS, Jarbas Siqueira. Saberes em Narrativas de uma comunidade tradicional: oralidade e decolonialidade. *Educação, Escola & Sociedade*, v. 14, n. 16, p. 1-17, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

KAPLÚN, M. *Comunicación entre grupos: el método del cassette-foro*. Ottawa, Ont.: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

LIMA, Maria Emília A. T. (2003). Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. *Psicologia em Revista*, 9(13), 76-88.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, p. 07-28, São Paulo, 1993.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesanão da memória no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG/ PUC Minas, 1996.

RIBEIRO, António Sousa; SANTOS, Cecília MacDowell; MAESO, Silvia Rodríguez. Violência. Memória e representação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88 | 2010, 5-7.

SANTOS, Alexandre de Jesus. As lutas de classes no campo da memória. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências*, v. 10, n. 01, p. 27-42, 2021.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: Literatura medieval*. Trad. de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo horizonte: UFMG, 2010.